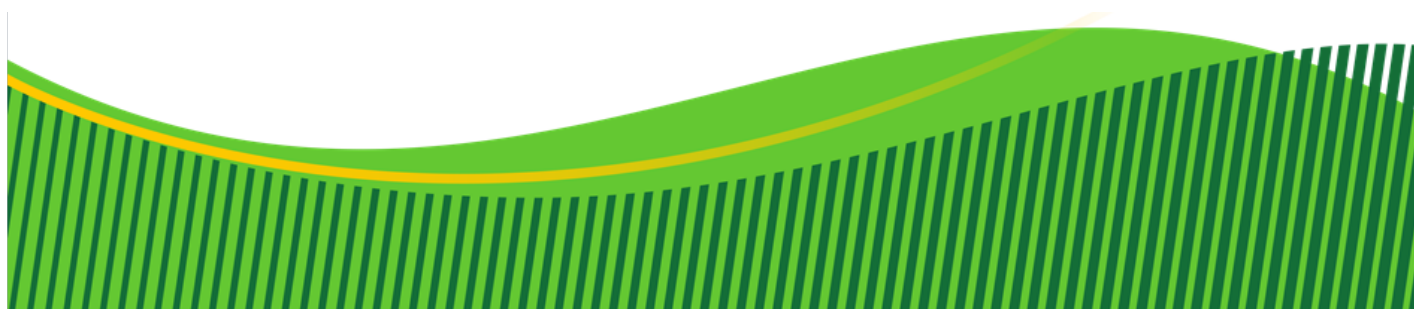


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ
Prudentópolis - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

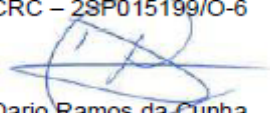
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 14 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	28.460	30.923
Carteira de Crédito *	354.975	239.918
Depósitos	256.963	261.322
Patrimônio Líquido	99.770	82.611
Capital	36.090	38.154
Resultado Antes das Destinações	12.050	13.746
Rentabilidade do PL	12,08%	16,64%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ
CNPJ/MF nº 78.907.607/0001-47

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		408.262	354.933	CIRCULANTE		191.417	164.527
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	7.041	6.125	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	62.220	52.512
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		186.305	159.366	Depósitos à Vista		56.700	45.465
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		2	2	Depósitos a Prazo		5.520	7.047
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		1	13	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		102.301	92.273
Correspondentes no país		914	850	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		5	6
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	185.388	158.501	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 12)	102.296	92.267
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	196.950	175.315	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.043	540
Operações de Crédito		210.652	185.953	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.043	540
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(13.702)	(10.638)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	4.170	3.149
OUTROS CRÉDITOS		13.974	10.733	Empréstimos País - Outras Instituições		4.170	3.149
Créditos por Avais e Fianças Honrados		204	31	OUTRAS OBRIGAÇÕES		21.683	16.053
Rendas a Receber		1.167	916	Cobrança e Arrecadação de Tributos		87	51
Diversos	(NOTA 07)	12.937	9.983	Sociais e Estatutárias		1.659	1.308
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(334)	(197)	Fiscais e Previdenciárias		722	566
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	3.992	3.394	Diversas	(NOTA 14)	19.215	14.128
Outros Valores e Bens		4.377	3.876	NÃO CIRCULANTE		201.716	176.004
(Provisão para desvalorização)		(414)	(496)	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		201.716	176.004
Despesas Antecipadas		29	14	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		201.716	176.004
NÃO CIRCULANTE		67.482	53.413	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	199.102	167.447
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		67.482	53.413	Depósitos a Prazo		199.102	167.447
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	2.249	1.107	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	2.614	8.557
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.249	1.107	Repasse Interfinanceiros		2.614	8.557
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	42.968	33.317	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		82.611	67.815
Operações de Crédito		49.316	37.920	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	38.154	32.831
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(6.348)	(4.603)	De Domiciliados no País		38.199	32.887
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	366	135	(Capital a Realizar)		(45)	(56)
Diversos		371	201	RESERVAS DE SOBRAS		42.131	32.553
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(5)	(66)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		2.326	2.431
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	10.921	9.684	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		475.744	408.346
Outros Investimentos		10.921	9.684				
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	7.566	6.018				
Imóveis de Uso		128	128				
Outras Imobilizações de Uso		11.417	9.151				
(Depreciação acumulada)		(3.979)	(3.261)				
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	3.412	3.152				
Outros Ativos Intangíveis		6.287	5.244				
(Amortização acumulada)		(2.875)	(2.092)				
TOTAL DO ATIVO		475.744	408.346				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ
CNPJ/MF nº 78.907.607/0001-47

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	(Reapresentado) Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	27.974	-	27.974	57.533	-	57.533	52.313	4	52.317
Operações de Crédito	27.904	-	27.904	57.389	-	57.389	51.948	4	51.952
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	70	-	70	142	-	142	343	-	343
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	2	-	2	22	-	22
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(18.175)	(373)	(18.548)	(34.471)	(689)	(35.160)	(34.267)	(508)	(34.775)
Operações de Captação no Mercado	(7.755)	(25)	(7.780)	(17.272)	(71)	(17.343)	(19.703)	(95)	(19.798)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.940)	(348)	(3.288)	(6.268)	(618)	(6.886)	(5.769)	(413)	(6.182)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.480)	-	(7.480)	(10.931)	-	(10.931)	(8.795)	-	(8.795)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.799	(373)	9.426	23.062	(689)	22.373	18.046	(504)	17.542
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(7.597)	2.059	(5.538)	(12.120)	3.707	(8.413)	(7.159)	2.928	(4.231)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.039	4.947	7.986	5.712	8.657	14.369	4.558	5.973	10.531
Rendas de Tarifas Bancárias	3.470	-	3.470	6.782	-	6.782	5.685	-	5.685
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.896)	(1.048)	(9.944)	(17.442)	(1.746)	(19.188)	(15.803)	(1.125)	(16.928)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(9.156)	(1.283)	(10.439)	(17.365)	(2.240)	(19.605)	(15.241)	(1.553)	(16.794)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(7)	(247)	(254)	(70)	(437)	(507)	(47)	(304)	(351)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	10.129	185	10.314	21.631	265	21.896	24.972	427	25.399
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(6.176)	(495)	(6.671)	(11.368)	(792)	(12.160)	(11.283)	(490)	(11.773)
RESULTADO OPERACIONAL	2.202	1.686	3.888	10.942	3.018	13.960	10.887	2.424	13.311
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	75	64	139	(70)	76	6	(559)	81	(478)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.277	1.750	4.027	10.872	3.094	13.966	10.328	2.505	12.833
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	332	332	-	(220)	(220)	-	(67)	(67)
Provisão para Imposto de Renda	-	201	201	-	(122)	(122)	-	(31)	(31)
Provisão para Contribuição Social	-	131	131	-	(98)	(98)	-	(36)	(36)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	2.277	2.082	4.359	10.872	2.874	13.746	10.328	2.438	12.766
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.874	(2.874)	-	2.438	(2.438)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	2.277	2.082	4.359	13.746	-	13.746	12.766	-	12.766
DESTINAÇÕES	-	-	-	(11.420)	-	(11.420)	(10.335)	-	(10.335)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.592)	-	(2.592)	(2.184)	-	(2.184)
Fates - Estatutário	-	-	-	(465)	-	(465)	(486)	-	(486)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(6.513)	-	(6.513)	(6.807)	-	(6.807)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.850)	-	(1.850)	(858)	-	(858)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	2.326	-	2.326	2.431	-	2.431

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ
CNPJ/MF nº 78.907.607/0001-47

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	26.970	24.888	1.569	53.427
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.549	-	(1.549)	-
Outras destinações	-	-	(20)	(20)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.739	-	-	3.739
Baixas de capital	(1.573)	-	-	(1.573)
Resultado do período	-	-	12.766	12.766
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(486)	(486)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.807	(6.807)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.146	-	(2.184)	(38)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	858	(858)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	32.831	32.553	2.431	67.815
Mutações do Período	5.861	7.665	862	14.388
Saldos no início do período em 01/01/2017	32.831	32.553	2.431	67.815
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.194	-	(1.194)	-
Destinações para reservas	-	1.215	(1.215)	-
Outras destinações	-	-	(22)	(22)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.476	-	-	3.476
Baixas de capital	(1.896)	-	-	(1.896)
Resultado do período	-	-	13.746	13.746
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(465)	(465)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.513	(6.513)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.549	-	(2.592)	(43)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.850	(1.850)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	38.154	42.131	2.326	82.611
Mutações do Período	5.323	9.578	(105)	14.796
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não Auditado)	34.634	33.768	9.387	77.789
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.045	-	-	2.045
Baixas de capital	(1.074)	-	-	(1.074)
Resultado do período	-	-	4.359	4.359
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(465)	(465)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.513	(6.513)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.549	-	(2.592)	(43)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.850	(1.850)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	38.154	42.131	2.326	82.611
Mutações do Período	3.520	8.363	(7.061)	4.822

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ
CNPJ/MF nº 78.907.607/0001-47

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	9.277	20.167	14.753
Resultado do semestre/exercício	4.359	13.746	12.766
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	4.918	6.421	1.987
Provisão para operações de crédito	4.472	4.809	543
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(171)	(82)	449
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	81	76	(58)
Depreciação do imobilizado de uso	546	1.023	846
Amortização do intangível	385	784	460
Baixas do ativo permanente	76	91	110
Provisão para passivos contingentes	86	52	37
Destinações ao FATES	(465)	(465)	(486)
Dividendos SicrediPar	(92)	133	86
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(65.627)	11.064	29.725
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(770)	(1.142)	1.164
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	4.129	(1)	13
Redução em créditos vinculados	22	13	44
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(24)	(65)	43
(Aumento) em operações de crédito	(74.408)	(36.095)	(32.327)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	24.896	4.086	17.646
(Aumento) em outros créditos	(2.073)	(3.682)	(1.834)
(Aumento) em outros valores e bens	(275)	(516)	(2.302)
Aumento (Redução) em depósitos	(22.890)	41.364	44.556
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	302	503	(232)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	174	1.021	(364)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(233)	(486)	(549)
Aumento em outras obrigações	5.523	6.064	3.867
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(56.350)	31.231	44.478
Aquisição de Investimentos	-	(1.237)	(1.240)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.729)	(2.662)	(2.069)
Aplicações no Intangível	(602)	(1.044)	(968)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.331)	(4.943)	(4.277)
Integralização de capital	2.045	3.476	3.739
Baixa de capital	(1.074)	(1.896)	(1.573)
Juros ao capital próprio	(43)	(43)	(38)
Distribuição de Sobras	-	(22)	(20)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	928	1.515	2.108
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(57.753)	27.803	42.309
Caixa e equivalente de caixa no início do período	250.182	164.626	122.317
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	192.429	192.429	164.626

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 25/08/1984 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor visualização da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(35.069)	294	(34.775)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.089)	294	(8.795)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.937)	(294)	(4.231)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(17.292)	498	(16.794)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(10.981)	(792)	(11.773)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 01 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	7.041	6.125
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	185.388	158.501
Total	192.429	164.626

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.249	1.107
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.249	1.107
Total realizável a longo prazo	2.249	1.107

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	90.225	32.420	122.645	97.908
Financiamentos	15.190	8.677	23.867	19.238
Financiamentos rurais e agroindustriais	105.237	8.219	113.456	106.727
Carteira total	210.652	49.316	259.968	223.873

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	204	-	204	31
Devedores por compra de valores e bens	213	370	583	386
Títulos e créditos a receber (i)	9.513	1	9.514	6.536
Total	9.930	371	10.301	6.953

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	91.619	118.281	458	591
Nível B	1,00	89.652	53.624	920	536
Nível C	3,00	45.041	26.759	1.351	803
Nível D	10,00	18.703	13.599	1.870	1.360
Nível E	30,00	9.007	5.874	2.702	1.762
Nível F	50,00	3.872	3.679	1.936	1.840
Nível G	70,00	4.078	1.326	2.855	928
Nível H	100,00	8.297	7.684	8.297	7.684
Total (i)		270.269	230.826	20.389	15.504

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				Total da Carteira	2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.647	18.659	46.821	27.583	96.710	76.368
Rural	2.900	12.662	89.675	8.219	113.456	106.727
Industrial	140	3.923	3.176	2.972	10.211	9.494
Comércio	635	15.695	14.576	6.921	37.827	29.158
Outros Serviços	286	3.720	4.067	3.992	12.065	9.079
Total	7.608	54.659	158.315	49.687	270.269	230.826

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	16.988	6,29	14.929	6,47
50 devedores seguintes	35.717	13,22	31.082	13,47
100 devedores seguintes	31.462	11,64	28.835	12,49
Demais	186.102	68,86	155.980	67,57
Total	270.269	100	230.826	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	15.504	15.019
Constituição de provisão	10.931	8.795
Movimentação de baixados para prejuízo	(6.046)	(8.310)
Saldo final	20.389	15.504

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.468 (2016 - R\$ 2.415), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 16.020 (2016 - R\$ 5.200).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	148	138
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.614	1.701
Devedores por compra de valores e bens	213	186
Devedores por depósitos em garantia	349	339
Impostos e contribuições a compensar	247	332
Títulos e créditos a receber	9.513	6.535
Valores honrados	123	69
Operações com cartões	40	30
Pendências a regularizar	148	31
Outros	542	622
Total Circulante	12.937	9.983

Devedores por compra de valores e bens	370	200
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	371	201

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	4.367	3.875
Imóveis	3.584	3.329
Veículos e afins	365	265
Máquinas e equipamentos	-	7
Bens em regime especial	418	274
Material em estoque	10	1
Despesas antecipadas	29	14
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(414)	(496)
Total Circulante	3.992	3.394

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 414 (2016 - R\$ 496) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	5.977	4.740
Sicredi Participações S.A.	4.943	4.943
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	10.921	9.684

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	1.599.339 ON 3.343.409 PN	1.599.339 ON 3.343.409 PN	1 Quotas	1 Quotas	5.977.034 Quotas	4.739.865 Quotas
Percentual de participação	0,56%	0,57%	0,61%	0,63%	3,11%	2,98%
Capital social	874.847	869.279	164	165	191.882	159.866
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	193.372	161.330
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	4.943	4.943	1	1	5.977	4.740

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	11.545	(3.979)	7.566	6.018
Imobilizações em curso	-	1.719	-	1.719	712
Terrenos	-	128	-	128	128
Instalações	10%	3.457	(880)	2.577	2.303
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.488	(942)	1.546	1.459
Sistema de comunicação	10%	211	(64)	147	65
Sistema de processamento de dados	20%	2.804	(1.801)	1.003	913
Sistema de segurança	10%	428	(175)	253	230
Sistema de transporte	20%	310	(117)	193	208
Intangível (i)		6.287	(2.875)	3.412	3.152
Investimentos Confederação		6.287	(2.875)	3.412	3.152
Total		17.832	(6.854)	10.978	9.170

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017			2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	56.700	-	-	56.700
Depósitos a prazo	2.847	2.673	199.102	204.622
Total	59.547	2.673	199.102	261.322

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	102.296	92.267
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	102.296	92.267
Total circulante	102.296	92.267
Recursos do Crédito Rural	2.614	8.557
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.614	8.557
Total exigível a longo prazo	2.614	8.557

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 14,25% a.a. com vencimentos até 25/02/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	4.170	3.149
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	4.170	3.149
Total circulante	4.170	3.149

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	777	1.128
Obrigações por convênios oficiais	9	2
Provisão para pagamentos a efetuar	3.973	3.343
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	242	190
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.706	1.843
Pendências a regularizar	175	89
Operações com cartões	9.389	6.300
Demais fornecedores	588	350
Credores diversos	1.356	883
Total circulante	19.215	14.128

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	4	20	-	24
Cível	186	166	(134)	218
Total	190	186	(134)	242

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	24	4
Cível	Provável	218	186
Total		242	190

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 35, R\$ 736 e R\$ 160 (2016 - R\$ 100, R\$ 442 e R\$ 156), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	38.154	32.831
Total de associados	30.923	27.181

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 5.323 (2016 – R\$ 5.861), sendo R\$ 3.743 (2016 – R\$ 3.695) via integralização de resultados e R\$ 3.476 (2016 – R\$ 3.739), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.896 (2016 – R\$ 1.573).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.592, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	13.966	12.833
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(5.866)	(5.390)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	4	1
Provisão resgate de milhas cartão	18	8
Provisão PPR	45	23
Receita com atos cooperativos	4.566	4.338
Juros sobre capital próprio	1.089	917
Outros	(76)	36
Subtotal	5.646	5.323
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(220)	(67)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.249	1.107
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	185.388	158.501
Outros Créditos - Rendas a receber	923	564
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.870	2.003
Investimentos (Nota 09)	10.921	9.684
Intangível (Nota 10)	3.412	3.152
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	104.910	100.824
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	4.170	3.149
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	9.358	6.237
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	142	343
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	5.006	3.120
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	20.260	22.045
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	6.886	6.182
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	887	711
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	7.485	5.820

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	160	0,28%	151
Depósitos a prazo	747	0,37%	633
Operações de crédito	567	0,22%	567

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.531	2.241

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	460	480
Despesa de aluguéis	2.450	2.042
Despesa de comunicação	1.061	1.079
Despesa de manutenção e conservação	1.106	993
Despesa de material	274	251
Despesa processamento dados	324	239
Despesa de promoções e relações públicas	1.372	1.197
Despesa de propaganda e publicidade	248	240
Despesa de seguro	302	414
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.472	2.137
Despesa de serviços de terceiros	997	764
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.583	1.505
Despesa de serviços de técnicos especializados	856	582
Despesa de serviços de transpostes	2.132	1.772
Despesa de viagem	724	510
Outras despesas administrativas	3.244	2.589
Total	19.605	16.794

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	585	866
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	19.776	21.409
Reversão de provisões operacionais	801	2.113
Outras rendas operacionais	734	1.011
Total	21.896	25.399

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.102	1.021
Contribuição O.C.E.	178	141
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	597	860
Contribuição Confederação Sicredi	4.753	3.378
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	617	502
Encargos da administração financeira	113	117
Repasse administradora de Cartões	467	425
Depreciação e amortização	784	465
Outras provisões operacionais	1.731	2.855
Outras despesas operacionais	1.818	2.009
Total	12.160	11.773

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	115.222	90.794
Total	115.222	90.794

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	80.218	66.336
Nível I (NI)	80.218	66.336
Capital principal - CP	80.218	66.336
Capital social	38.154	32.831
Reservas de capital	42.131	32.553
Lucros acumulados	2.326	2.431
Ajustes Prudenciais	(2.393)	(1.479)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	413.869	343.640
Margem de Capital (i)	26.416	21.663
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,38%	19,30%
Situação de Imobilização (Imob)	8.585	7.691
Índice de Imobilização (Imob / PR)	10,70%	11,59%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Helton Cesar Kolecha
Diretor Executivo
CPF: 029.978.889-05

Marcos Luis Conzatti
Diretor de Operações / Contador
CPF: 576.858.510-91
CRC: PR-069.224/O-1